

A Escrita da História da Literatura da América Latina Como Sintoma do Processo de Decolonização

The writing of Latin American literature history as a decolonization process symptom

Regina Kohlrausch*

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre – RS,
90619-900, e-mail: regina.kohlrausch@pucrs.br

Marta Freitas Mendes**

** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre – RS,
90619-900, e-mail: marta.mendes@acad.pucrs.br

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo questionar a plausibilidade de se analisar o movimento de escrita da história da literatura da América Latina, a partir de textos de Pedro Ureña, Ángel Rama, Ana Pizarro e Zulma Palermo, como sintoma do processo de decolonização, conforme o conceito de sintoma proposto por Hans Ulrich Gumbrecht. Gumbrecht (1996) adota um conceito histórico de literatura, vista como parte constitutiva de uma história das mentalidades, sendo esta uma disciplina integradora de todas as ciências históricas setoriais, como é o caso da história da literatura. Essa visão estabelece que textos são objetivações da ação e do comportamento humano passados capazes de fornecer uma representação mimética destes, constituindo oportunidades específicas para o conhecimento das mentalidades; assim, os textos podem dar-se ao conhecimento dessas mentalidades como representação, signo ou sintoma. Os textos literários são tidos como situações de comunicação especiais, já que apresentam uma marca mais ou menos intencional. Mas, além disso, a literatura constitui um campo privilegiado para a representação de situações pré-conscientes de necessidades, ou seja, de sintomas da história das mentalidades. A partir disso, tentaremos demonstrar em que medida o movimento de escrita da história da literatura da América Latina expressa um sintoma de mudança de mentalidade, enquanto passagem de uma perspectiva da literatura colonialista ou europeizante a uma perspectiva independente ou latino-americana. Nesse contexto, a opção decolonial de Walter Mignolo (2005) se apresenta como importante contribuição para se pensar na contemporaneidade a escrita história da literatura latino americana numa perspectiva independente.

PALAVRAS-CHAVE: História das mentalidades; Decolonização; Literatura latino-americana.

ABSTRACT: This work aims to question the plausibility of analyzing the writing movement of the History of Latin American Literature – based on texts by Pedro Ureña, Ángel Rama, Ana Pizarro and Zulma Palermo – as a symptom of the decolonization process, following the concept proposed by Hans Ulrich Gumbrecht. Gumbrecht (1996) adopts a historical concept of literature, seen as part of a history of mentalities and an integrating discipline of all historical

sectoral sciences. This view establishes that texts are objectifications of past action and human behavior capable of providing a mimetic representation of these, constituting specific opportunities for the knowledge of mentalities. Thus, texts can be given to the knowledge of these mentalities as representation, sign or symptom. In this context, literary texts are considered as special communication situations, since they have a more or less intentional mark. But in addition, literature constitutes a privileged field for the representation of preconscious situations of needs, that is, of symptoms of the history of mentalities. From this, we will try to demonstrate to what extent the writing movement of the History of Latin American Literature expresses a symptom of a change of mentality, from a colonialist or european perspective of literature to an independent or Latin American one. In this context, Mignolo's decolonial option presents itself as an important contribution to think about the contemporary writing of Latin American Literature History in an independent perspective.

KEYWORDS: History of mentalities; Decolonization; Latin America Literature.

1 PRIMEIROS PASSOS RUMO À NOSSA EXPRESSÃO

O dominicano Pedro Ureña (1884 – 1946) foi um dos primeiros estudiosos a levantar a necessidade de integração dos discursos da história da literatura da região, ainda que no início se refira apenas à América Hispânica. Em *Caminos de nuestra historia literaria*¹ (2016), Ureña constata que, até o momento, meados da década de 1920, somente estrangeiros tinham realizado uma história da literatura da América Espanhola, ao passo que os nativos se contentavam com estudos parciais, focados nas literaturas nacionais e sem abarcar e correlacionar o todo. Diante disso, faz uma série de observações para a construção dessa nova história da literatura, num movimento que destaca a diferenciação entre o espanhol e o hispano-americano e, conseqüentemente, de suas literaturas:

En la práctica, todo el mundo distingue al español del hispanoamericano: hasta los extranjeros que ignoran el idioma. Apenas existió población organizada de origen europeo en el Nuevo Mundo, apenas nacieron los primeros criollos, se declaró que diferían de los españoles; desde el siglo XVI se anota, con insistencia, la diversidad. En la literatura, todas la sienten.

(...) nuestra literatura se distingue de la literatura de la literatura de España, *porque no puede menos de distinguirse*, y eso lo sabe todo observador. Hay más: en América, cada país, o cada grupo de países, ofece rasgos peculiares suyos en la literatura, a pesar de la lengua recibida de España, a pesar de las constantes influencias europeas. (UREÑA, 2016, p.17)

¹ Publicado pela primeira vez em 1928, no livro *Seis ensayos a procura de nuestra expresión* (v. Referências).

Ureña (2016) questiona até quando os hispano-americanos se contentariam em imitar o que vinha da Europa ao invés de alcançarem a sua própria expressão: se a cultura ocidental é herança comum, isso não significa que a literatura deva ficar presa à mera imitação, e sim torná-la produtiva, transformando-a ao incorporar elementos originais. Dentre esses elementos, destaca a figura do índio, “influência subterrânea”, recuperada conscientemente após a emancipação política das Américas e, como sabemos, muitas vezes reivindicada pelas literaturas latino-americanas como legitimadora de nossa nacionalidade. Ademais, Ureña refuta a conhecida tese da exuberância americana, mostrando que nossa exuberância não passa de eufemismo para os estrangeiros se referirem à nossa ignorância e inferioridade.

O uruguaio Ángel Rama (1926 – 1983), em *Literatura, cultura e sociedade na América Latina* (2008), coloca que a dependência da historiografia literária latino-americana dos modelos europeus impediu o desenvolvimento de uma interpretação original das especificidades literárias do continente, enquanto que é dessas peculiaridades muitas vezes contraditórias que se deve partir para elaborar a estrutura do todo. Na década de 1970, teóricos de outras áreas do saber (economistas, sociólogos e historiadores) já haviam conseguido construir um discurso crítico global e coerente sobre a situação da América Latina, ao passo que a história da literatura ainda não tinha superado suas fragmentações particulares (RAMA, 2008).

No âmbito das letras hispano-americanas, Rama (2008) considera que houve poucas tentativas de se realizar uma leitura abarcadora, em contraste com a prática comum no século XIX de adicionar as literaturas nacionais num construto único, sem ao menos relacioná-las. O exemplo da primeira *Historia de la poesía hispanoamericana*, escrita pelo espanhol Menéndez Pelayo, é trazido para demonstrar como esse sistema aditivo, simples cópia do modelo europeu, produzia um efeito de aproximação à ex-metrópole, o que contrariava o movimento de independência da América Latina: aparecida entre 1893 e 1895, a obra surgiu como uma contribuição espanhola às comemorações dos quatrocentos anos do descobrimento e, por seu modelo inadequado, acabou por separar a poesia de um continente que estava justamente procurando unificação e, dessa forma, colocar sua produção como fragmento da literatura espanhola. As leituras nacionais da literatura, por sua vez, derivadas do esforço de nacionalização do século XIX, surgem quando a ideia de unificação do continente estava no auge (1880 – 1930), “proporcionando uma floração de histórias literárias que

correspondem a diversas visões, indo de Sílvio Romero a Francisco Pimentel, de Carlos Roxlo a Gonzalo Picón Flores” (RAMA, 2008, p. 133).

Para Rama (2008), é a partir do diagnóstico de Ureña sobre o atraso da crítica hispano-americana para compor um discurso abarcador das literaturas dos países de língua espanhola da América que se dá uma série de estudos hispano-americanos orientados para uma visão unificada, consciente de que todas as obras e autores selecionados partilhavam de uma mesma cultura; entretanto, esses estudos utilizaram como elemento unificador apenas a língua espanhola, excluindo assim as literaturas indígenas (ou colocando-as em capítulos destinados ao legado dos impérios pré-colombianos) e as literaturas de países como Brasil e Haiti. Em última análise, em que pese a importância de suas contribuições, ainda trata-se de reinterpretações de modelos europeus de histórias nacionais da literatura, oriundos das visões românticas de unidade linguística e criadora (RAMA, 2008).

O eixo da unidade linguística impossibilitava as tentativas de se relacionar as literaturas hispano-americanas e a brasileira, encontrando na voz de críticos como Federico de Onís, o argumento romântico da diferença histórica e, portanto, literárias, entre as nações espanhola e portuguesa (RAMA, 2008). Registramos aqui que um contra-argumento óbvio, que nem entra no mérito dessas supostas diferenças, seria o de que Brasil e América Espanhola não são Portugal e Espanha e estão longe de possuir a mesma história desses países, mesmo tendo sido colonizados por eles.

Novamente, Rama (2008) reconhece em Ureña, a partir de *Literary Currents* e *Historia de la cultura*, o mérito de ter tentado integrar ambas as literaturas, partindo do elemento cultural comum, o da Hispânia (como abrangente de Espanha e Portugal), posto que as trocas escassas entre as letras brasileiras e hispano-americanas até o século XVIII impossibilitassem outros tipos de correlações. Todavia, apesar de sinalizar a integração do Brasil dentro de um mesmo sistema cultural, Ureña não chega a usar em suas obras o termo América Latina, já em voga na época (entre meados da década de 1920 e início da década de 1930), bem como não inclui a literatura haitiana e as literaturas de língua indígena (RAMA, 2008).

Nessa altura, a noção de latino-americanismo não só encontrava aceitação, como também críticas, sobretudo pelas vertentes que indicavam os processos de mestiçagem afro-indo-hispânica e suas implicações na cultura e, subsequentemente, na literatura da região (RAMA, 2008). Apesar disso, até hoje usamos o termo América Latina, porque o latino abarca as linhas culturais predominantes, embora, como já dizia

Rama, não exclua as contribuições das culturas negras e índias, já que nossa literatura só pode ser definida como mestiça:

A razão de estender ao conjunto a denominação “latino-americana, de um modo reconhecidamente impreciso, reside na falta de outra melhor, que tenha tido aceitação tão generalizada. A formulação mais correta, que seria a de “literatura americana”, resultaria confusa, assim como também seria nossa utilização do termo latino-americano, se não assinalássemos, com toda clareza, que dentro dele estão contidas culturas e literaturas as quais não pertencem à romanidade, que não são meros arcaísmos pré-hispânicos ou coloniais, mas sim potencialidades em obra. (RAMA, 2008, p. 142-143)

Considerando essa situação, segundo Rama (2008), o projeto de um discurso integrador de toda a literatura latino-americana então é possível não através de um comparatismo literário, mas cultural, enfatizando o tronco linguístico comum das três línguas que o definem (português, espanhol e francês), com destaque para a função simbólica da literatura. Rama colocará três traços da cultura americana como base dessa integração.

O primeiro traço é a correspondência cultural, que encontra eco no conceito unificador de România, trazido por Ureña, que relacionava à história das Américas os três grandes acontecimentos operados pelos povos românicos, a saber: o Descobrimento espanhol, o Renascimento italiano, e a Revolução francesa; sem contar um quarto acontecimento, incluído por Rama: a imigração de grandes massas europeias para a América, no final do século XIX ao início do XX. Contudo, Rama (2008) entende que existem claras diferenças entre o setor europeu e o setor americano, este como um herdeiro da romanidade que, todavia, a transforma conforme sua realidade e contexto radicalmente diferentes daquele outro setor, o qual é o próprio forjador dessa romanidade.

O segundo traço, complementar, é a forma de apropriação das culturas estrangeiras, cujo legado é geralmente visto como paradigma de valor, enquanto há a desvalorização das nossas próprias tradições, indígenas ou crioulas. Tal comportamento se manifesta em todas as áreas culturais do continente latino-americano e contribuiu para fundar correntes teóricas europeístas e também movimentos indigenistas e africanistas, ilustrando uma dialética de atração e recusa (dos modelos externos) que pode ser vista como reflexo da cultura de uma região que se manteve certa de sua dependência dos centros civilizadores europeus durante quatro séculos.

O terceiro e último traço diz respeito à estrutura cultural da América Latina quanto à mestiçagem sob o domínio de uma cultura europeia e à estratificação social,

elemento que forneceu os instrumentos unificadores para o discurso de outras áreas do saber, como a sociologia, mas que, da mesma forma constitui a trave que impossibilita a expansão do projeto integrador para a literatura francesa produzida no Canadá, por exemplo.

Para Rama (2008), tais traços contribuem para lançar as bases do projeto de uma literatura da América Latina, mas devem necessariamente incluir as pouco valorizadas literaturas da Indo e da Afroamérica. Essa inclusão não diz respeito apenas ao reconhecimento dos temas indianos ou africanos dentro da produção das literaturas de língua latina na América – tradição desde o descobrimento – e sim da consideração de uma linha criativa que mostra o funcionamento de línguas não latinas em diversas operações literárias. Isso pressupõe um conceito amplo de literatura, que integre como materiais legítimos todo acervo folclórico de contos, mitos, textos filosóficos e religiosos que até o momento da fala de Rama eram vistos somente como documentos, ao passo que poderiam ser reavaliados esteticamente e revalorizados pela crítica literária.

Em consonância com o que diz Gumbrecht (1996), notamos que se trata de abrir espaço para que essas manifestações culturais possam ser consideradas como constituintes da história de uma dada mentalidade, a qual não deve ser desvalorizada se apresentar uma cosmovisão diferente da europeia, ou mesmo latino-americana; ao contrário, deve ser integrada no campo da cultura do continente, talvez não como fonte principal, porém, certamente como fonte legítima.

2 CAMINHOS CONTEMPORÂNEOS: O CÂNONE EM FORMAÇÃO E DISCUSSÃO

Na esteira das propostas de Ureña e Rama, a chilena Ana Pizarro, em *Palavra, literatura e cultura nas formações discursivas coloniais* (1993), discute a formação do cânone literário colonial da América Latina, mostrando que a seleção do cânone obedeceu ao modelo do colonizador e, como é a partir desse *corpus* verbal que uma comunidade cria sua identidade, constituiu um mecanismo que serviu para suplantir a identidade das colônias, apagando as objetivações de mentalidades diversas da europeia. Entretanto, esse processo não conseguiu impedir o surgimento de obras que rompessem com os modelos da metrópole e apontassem para a formação de uma subjetividade literária outra (PIZARRO, 1993).

A multiplicidade de práticas discursivas do Novo Mundo extrapola os limites do cânone restrito da literatura escrita europeia pela pluralidade dos discursos orais e escritos que se encontram nas colônias: pelo lado europeu, a literatura escrita, o livro, a leitura, a homogeneidade; do outro, a oralidade, a gestualidade, a formação pictográfica, a heterogeneidade (PIZARRO, 1993). Frente a isso, as metrópoles estabelecerão a ordem da cultura pela “dominação e submissão” (PIZARRO, 1993, p. 20) das culturas originárias, instaurando um cânone regido pela letra escrita, de acordo com o modelo peninsular, e que mais tarde marcará visões da história e da historiografia literárias, como vimos em Rama. Este movimento é uma das faces de um processo de subjugação colonial que se afirmará principalmente através da imposição da ideologia da metrópole, como indica a argentina Zulma Palermo:

(...) a colonialidad (...) refiere a um patrón de poder que surge del colonialismo moderno excedendo las relaciones de imposición concretadas por los pueblos dominadores sobre los dominados, llegando a las capas más profundas de la subjetividad y, por lo tanto, pervivientes luego del desmantelamiento de los sistemas formales de dominación, de las independencias políticas y sus formas jurídicas. (PALERMO, 2010, p. 8)

Seguindo a dialética da atração e da recusa exposta por Rama, a imposição desse cânone metropolitano criará um processo de diferenciação no seu próprio interior: ao colocar a cultura e o cânone do outro como subalternos, não conseguirá impedir, contudo, que autores que usam o discurso da metrópole produzam obras que representem uma ruptura, ou ao menos um distanciamento, do cânone peninsular (PIZARRO, 1993).

No entanto, Pizarro (1993) adverte que o que chamamos de literatura colonial ocupou funções diversas ao longo do tempo, como é o caso dos exemplos das cartas e relatórios da conquista do Novo Mundo, escritos aos reis com interesse informativo ou instrumental e que depois serão vistos por muitos críticos e historiadores como textos fundacionais de nossa literatura, a despeito da pertinência do seu valor estético. Afinal, como explica Gumbrecht (1996), nem todos os textos que hoje chamamos “literários” correspondem ao nosso conceito “situação de comunicação literária”, até mesmo porque “o tipo ideal de interação nem sequer existiu em todos os períodos ou em todas as formações sociais” (GUMBRECHT, 1996, p. 235).

Em relação ao conteúdo, os autores desses textos não podem refletir uma mentalidade diferente da imperial, “porque não tem a dimensão histórica de seu ato” (PIZARRO, 1993, p. 23), ou seja, não têm o distanciamento histórico necessário para

avaliar a mentalidade que ajudavam a corroborar. De qualquer modo, o significativo é que esses textos já aparecem no cânone europeu com estatuto marginal, assim como seus sucessores, que oscilarão entre o caráter informativo e o caráter estético.

Nesse contexto, Pizarro (1993) coloca a possibilidade de se pensar as formações discursivas na situação colonial através de três momentos. Em primeiro lugar, aparece um espaço da alteridade, concretizado, pelo lado europeu, na literatura de viagens (na qual emerge a América Exuberante da qual falava Ureña) e, pelo lado indígena, em alguns escritos que colocam o espanto diante dos europeus (que no início julgavam ser deuses). Num segundo momento, mais dialógico, o espaço de monólogos anterior se abre para uma relação, a qual já se assenta na hegemonia europeia e na subalternidade das culturas nativas, assim como a da cultura africana dos escravos. Concomitantemente, surge um terceiro momento, no qual se começa a observar indícios de uma disjunção do cânone metropolitano, posto que agora quem escreve é um sujeito que já tem noção de que não faz parte da metrópole e, portanto, passa a incorporar à escrita elementos do seu entorno, que é a colônia, com especificidades culturais que só poderão gerar uma subjetividade alternativa.

É desde esse terceiro momento que nasce a expressão de uma consciência crioula que, ao se desenvolver, apropriar-se-á da própria cultura metropolitana para firmar sua diferença (PIZARRO, 1993). Dentre essas formas criativas de apropriação, destacamos o que Pizarro chama de discronia da recepção – articulação de elementos de movimentos tão variados como o rococó, o barroco e o neoclassicismo com as culturas indígenas e africanas –, e a troca de função dos gêneros, que tem como exemplo a dimensão étnica que o barroco assumiu nas Américas ao usar como modelos de esculturas rostos indígenas. Podemos perceber que nesse último momento o projeto de dominação das mentalidades latino-americanas pelas metrópoles já encontrava importantes rupturas na literatura e em outros campos culturais.

Qual seria, pois, o momento em que finalmente surge a literatura latino-americana? Para Pizarro (1993), há ao menos cinco possibilidades. A primeira opção é a literatura geográfica, que teria como marco o Diário de Colombo; a segunda é a literatura oral dos indígenas sobre os acontecimentos que se iniciam a chegada dos europeus, semelhante ao que foi recolhido nos *Presságios funestos* a respeito da chegada de Cortéz no México; a terceira é o surgimento da fixação e mudança das tradições ameríndias a partir do alfabeto; a quarta é quando surgem textos com intenção

estética, de caráter ocidental; e, finalmente, a quinta é o momento em que se inicia nos textos a construção de um discurso alternativo ao cânone metropolitano.

Qualquer que seja o marco adotado, consideramos que em cada momento está presente, à sua maneira e de acordo com as possibilidades da época, uma manifestação que resiste à dominação do imaginário do continente, mesmo quando tenta se enquadrar dentro do cânone da metrópole.

Quanto à possível objeção de que nossa literatura usa a língua do dominador para escrever um discurso que se quer original, lembramos que se é verdade que a escrita participou decisivamente na consolidação da colonialidade pela imposição da cultura letrada como única, também é preciso reconhecer que a literatura, enquanto manifestação simbólica de caráter artístico, constitui um espaço pelo qual os “vencidos” têm resistido ao longo do tempo e manifestado sua alteridade (PALERMO, 2010). Desde que falamos de um lugar diferente da Europa, com outra(s) cultura(s) nosso discurso forçosamente carregará as marcas dessa distância, o que não implica menoscabo das nossas letras e nem que elas sejam mero apêndice das literaturas das ex-metrópoles.

Diante disso, Pizarro (1993) sinaliza que uma história da literatura tradicional não dá conta da multiplicidade de culturas e temporalidades presentes na América Latina, precisando romper as fronteiras disciplinares e a linearidade para tentar abarcar as diversas manifestações simbólicas do nosso continente. Um dos caminhos possíveis é começar questionando o cânone colonial e alargando o *corpus*, reformulando este com a inserção de textos informativos, discursos orais e documentos pictográficos, numa consideração plural de literatura. Mais uma vez, a proposta é dar voz às múltiplas visões de mundo, ou mentalidades, perpassadas simbolicamente pelo verbo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as contribuições desses importantes teóricos de diferentes países da América Latina, notamos a possibilidade de se escrever uma história da literatura deste continente é viável somente a partir da tomada de consciência da alteridade latino-americana em relação às metrópoles que a colonizaram ao longo de mais de quatro séculos, ou seja, de uma mudança de mentalidade, conforme a proposta de Gumbrecht. Contudo, Walter Mignolo (2005), um dos principais estudiosos sobre a colonialidade na América Latina, afirma que muitos acreditam que a modernidade – para Mignolo, termo

indissociável da colonialidade – é um processo que ainda deve ser cumprido, posição que representa um obstáculo a uma perspectiva decolonizadora:

Muchos académicos, intelectuales, funcionarios del Banco Mundial, miembros de distintos gobiernos y periodistas creen que «la modernidad es un proyecto que aún no se ha completado». En mi opinión, expresada desde la perspectiva de la colonialidad, completar el proyecto significa seguir reproduciendo la colonialidad, en la que seguimos inmersos a comienzos del siglo XXI. Si bien es cierto que ya no padecemos la dominación colonial abierta de los modelos español o británico, la lógica de la colonialidad sigue vigente en la «idea» del mundo que se ha construido a través de la modernidad/colonialidad. (MIGNOLO, 2005, p. 20)

Apesar disso, a mudança de mentalidade se revela no contexto das letras através do desenvolvimento das práticas discursivas coloniais, as quais seguiram por avanços e recuos em relação à adequação à forma e ao conteúdo dos modelos europeus, como mostram Pizarro e Palermo. Quando das independências políticas da América Latina, observamos que a fundação das literaturas nacionais, paralelamente à tentativa de unificação da região, representou um momento importante de reflexão sobre o nosso lugar, gerando novas respostas criativas para a questão da nossa identidade e colocando a figura do índio como elemento original. Entretanto, o problema da escrita de uma história da literatura da América Latina independente começa a tomar corpo somente a partir dos esforços como os de Ureña e Rama, já no século XX, rumo à integração das literaturas nacionais num único discurso, e que terão seguimento nas obras contemporâneas de Pizarro e Palermo.

Em última instância, consideramos que um dos maiores obstáculos que os estudos de Ureña e Rama tentam superar, e que é também a tentativa de Palermo, Pizarro, é a persistência da ideologia colonial em nossa sociedade, o que redundava numa pressuposição, ainda que por vezes indireta, de inferioridade de nossa cultura e, por conseguinte, de nossas manifestações artísticas, dentre elas a literatura.

Os estudos levam a crer que é somente a partir do conhecimento e do questionamento dessas traves de origem colonial que se poderá escrever histórias da literatura da América Latina que contemplem a multiplicidade da nossa cultura, considerando as letras crioulas, ameríndias e negras como igualmente legítimas e originais. Para além da dificuldade inerente ao volume do estudo e à quantidade de estudiosos necessários, parece-nos que a desvinculação da mentalidade colonial é ainda o maior desafio a ser enfrentado para a concretização desse projeto unificador.

Nesse sentido, acreditamos que a opção decolonial proposta por Mignolo (2005) é um caminho interessante para se refletir sobre uma escrita da história da literatura da América Latina que seja autônoma, crítica e, ao mesmo tempo, consciente do peso da colonialidade:

La opción decolonial piensa no ya a partir de Grecia, sino a partir del momento en que las historias locales del mundo fueron interrumpidas por la historia local de Europa, que se presenta a sí misma como proyecto universal. La creación de la idea de América «Latina» fue parte de ese proceso expansivo universal (por ejemplo, una América Latina en vez de Cristiana e Hispánica, como fue el ideal de la colonización castellana). Hoy esa idea está en proceso de «desmontaje» precisamente porque quienes fueron negados - y a quienes, en el mejor de los casos, se les dio la opción de integrarse en la colonialidad- hoy dicen: «No, gracias, pero no; mi opción es decolonial». (MIGNOLO, 2005, p. 217)

A decolonização não significa, entretanto, “transformar la geografía, y la geopolítica del conocimiento, de la teoría crítica (...), para llevarla a un nuevo terreno de decolonialidad.” (MIGNOLO, 2005, p. 24). Trata-se, em contrapartida, de introduzir o paradigma da decolonialidade, o qual abarca a modernidade numa relação de coexistência e simultaneidade.

Considerando isso, assinalamos a importância dessas novas propostas de escrita da história da literatura latino-americana para a mudança de mentalidade do continente, dentro de um processo de decolonização (Mignolo) e de busca de independência política e cultural indissociável do campo da História e, assim, da História da Literatura, conforme a perspectiva integradora de Gumbrecht.

REFERÊNCIAS

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Histórias da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias da literatura*. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996. p. 224-239.
- MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- PALERMO, Zulma. El rol de las historias literarias en los proyectos de modernización latinoamericana. *Anais do VIII Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre*. v. 16, n.1, out. 2010. p. 7-23.
- PIZARRO, Ana. Palavra, literatura e cultura nas formações discursivas coloniais. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. – A situação colonial. p. 19-37.
- RAMA, Ángel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Seleção, apresentação e notas de Pablo Rocca. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- UREÑA, Pedro Henríquez. Caminos de nuestra historia literaria. In: *Seis ensayos em busca de nuestra expresión*. Santo Domingo: Cielonaranja, 2016. p. 37-54.

